

volume

29/1

jan/2024

ICH - UFPel

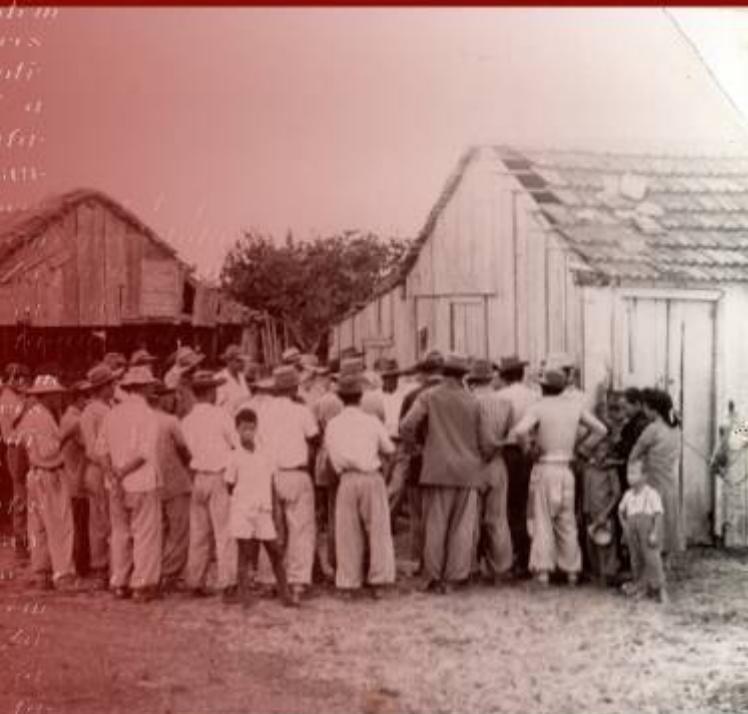


História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Quilombos: Territorialidades, Festejos e Gênero

Esta é a primeira de um ciclo de primeiras de especialidades em doces especialidades em doces para casamentos, baptipara casamentos, baptisados e banquetes. É usado e banquetes. É a única depositaria da almanaca depositaria da almanaca Guarana Espumante Guarana Espumante e do excelente chovero e do excelente choverito. Laeta, fabricados em Laeta, fabricados em S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zos. nolla Loureiro & Companhia Loureiro & Cia. J. Conditaria Brasileira. Conditaria Brasileira.



Hist. Rev. Pelotas Número 29/1 p.1-284 jan. 2024

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Prof^a. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Prof^a. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Prof^a. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof^a. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Prof^a. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Prof^a. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Prof^a. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)
Prof^a. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof^a. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Prof^a. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Prof^a. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Prof^a. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Prof^a. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Claudia Daiane Garcia Molet (UFPEL) |
Natália Garcia Pinto (UFPEL)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Quadro fotográfico composto por meninos,
algumas mulheres, homens negros. Veem-se cavalos, casa de
madeira com telhas francesas e galpão de mesmo material. Lê-
se no verso: “Reforma Agrária. Negros Teixeira”. Campo dos
Teixeiras. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo
Particular Campo dos Teixeiras. FCT11

Pareceristas ad hoc: Álvaro Barreto | André Fagundes | André
Lopes | Benedita Celeste Pinto | Bruno Martins | Caroline
Braga Maciel | Cassiane Paixão | Cesar da Costa | Daniela
Carvalho | Deise Cristina Schell | Iamara Viana | Jonas
Vargas | Josimeire Alves | Lidiane Friderichs | Lua Gill da
Cruz | Lucimar Felisberto dos Santos | Maciel Carneiro |
Manuel Alves de Sousa Júnior | Márcio Sônego | Mariane
Balén | Paulo Cadena | Paulo Moreira | Paulo Roberto
Rodrigues Soares | Paulo Sérgio Silva | Petrônio Domingues
| Raquel Dias | Rosane Rubert | Sidney Daniel | Sidney
Gonçalves Vieira | Ynaê Lopes dos Santos

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2024/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Quilombos: Territorialidades, festejos e gênero) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.29, n.1, jan. 2024. – Pelotas: UFPel/NDH, 2024 – 284 p. ; 7,01 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Quilombos 3. Gênero

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Claudia Daiane Garcia Molet Natália Garcia Pinto</i>	08
HISTÓRIA EM REVISTA: UM BREVE HISTÓRICO E ALGUNS NÚMEROS HISTORY IN REVIEW: A BRIEF HISTORY AND SOME NUMBERS <i>Lorena Almeida Gill Paulo Koschier</i>	12
“SOU FRUTO LONGÍNQUO DA RAIZ LUIZA”: FAMÍLIA E TERRITORIALIDADES NEGRAS A PARTIR DO QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES “I AM FAR DESCENDING OF ROOT LUIZA”: FAMILY AND BLACK TERRITORIALITIES FROM THE QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES <i>Vanessa Flores dos Santos Franciele Rocha de Oliveira</i>	17
QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES E LINHA FÃO: O ESTAR NO MUNDO DE UM TERRITÓRIO NEGRO NO PLANALTO DO RIO GRANDE DO SUL (DO SÉCULO XIX AO TEMPO PRESENTE). QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES AND LINHA FÃO: BEING IN THE WORLD OF A BLACK TERRITORY ON THE RIO GRANDE DO SUL PLATEAU (FROM THE 19 TH CENTURY TO THE PRESENT TIME) <i>Maria do Carmo Moreira Aguiar</i>	36
CONTANDO TEMPOS E ARRANJANDO ESPAÇOS: ALGUMAS PROPOSTAS DE PERIODIZAÇÃO DOS MOCAMBOS E QUILOMBOS, SÉCS. XVIII-XXI COUNTING TIMES AND ARRANGING SPACES: SOME PROPOSALS FOR THE PERIODIZATION OF MOCAMBOS AND QUILOMBOS, 19 TH CENTURY. XVIII-XXI <i>Claudia Daiane Garcia Molet Flávio Gomes</i>	59
QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS INTERÉTNICAS QUILOMBOS: INTERETHNIC SOCIAL ORGANIZATIONS <i>Jamille Pereira Pimentel dos Santos</i>	77

- “GUARDEI PRA LEMBRANÇA”: MEMÓRIAS DO RITUAL DO ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA DE QUICUMBI DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)**
 “I KEPT IT AS A MEMORY”: MEMORIES OF THE ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA RITUAL OF QUICUMBI FROM THE BROTHERHOOD OF NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)
Luciene Mourige Barbosa **92**
- TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE SOCIOETNOCULTURAL DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DAS FESTAS, FOLIAS E REZAS**
 QUILOMBOLA TERRITORY AND TERRITORIALITY: A SOCIO-ETHNOCULTURAL ANALYSIS OF FOOD PRODUCTION AND PARTIES, REVELRY AND PRYERS
 TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA: UM ANÁLISIS SOCIOETNOCULTURAL DE LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS Y FIESTAS, JOLGORIO Y ORACIONES
Hélio Rodrigues dos Santos | Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira | Geraldo Eustáquio Moreira **114**
- FESTA E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PRATIGI (BA)**
 PARTY AND POLITICS: AN ANALYSIS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PRATIGI (BA)
Fábio Júnior da Luz Barros **138**
- TRAJETÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE PARA DUAS MULHERES NEGRAS, MÃE E FILHA DO QUILOMBO MANOEL DO REGO, CANGUÇU/RS**
 TRAJETÓRIA IN LIFE AND IDENTITY FOR TWO WOMEN BLACK MOTHER AND DAUGHTER OF QUILOMBO MANOEL OF TRENCH CANGUÇU/RS
Nara Beatriz Matias Soares | Marcus Vinicius Spolle **158**
- RESISTÊNCIA E IDENTIDADE: ANÁLISE DE COMO A ESCOLA ATUA NO PROCESSO IDENTITÁRIO QUILOMBOLA EM HELVÉCIA**
 RESISTANCE AND IDENTITY: ANALYSIS OF HOW THE SCHOOL WORKS IN THE QUILOMBOLA IDENTITY PROCESS IN HELVÉCIA
Julia Silva da Ressurreição | Magno Santos Batista **177**

**O FÓRUM DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO LITORAL MÉDIO COMO
INSTRUMENTO DE CONQUISTA DE DIREITOS!**

THE FORUM OF QUILOMBOLA COMMUNITIES OF THE MIDDLE COAST AS AN
INSTRUMENT FOR GAINING RIGHTS!

Jorge Amaro de Souza Borges **188**

ARTIGOS LIVRES

**ABORDAGENS HISTÓRICAS SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ, NICOLAU DE
REZENDE, RIO PARNAÍBA E A CARTOGRAFIA NACIONAL**

HISTORICAL APPROACHES TO THE COAST OF PIAUÍ, NICOLAU DE REZENDE,
PARNAÍBA RIVER AND NATIONAL CARTOGRAPHY

Maria Natielly Soares Campos | Johny Santana de Araújo **212**

**A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) NAS DIFERENTES
CONJUNTURAS POLÍTICAS ATÉ O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY IN DIFFERENT
POLITICAL SITUATIONS UNTIL THE CIVIC-MILITARY DICTATORSHIP OF 1964

Renato da Silva Della Vechia | Alana Huttner Wolter | Igor Venzke Pinheiro **229**

**DISCUTINDO A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM AULAS DE HISTÓRIA:
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS COM O USO DO VÍDEO**

DISCUSSING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN HISTORY CLASSES:
DIDACTIC SEQUENCES USIN VIDEO

Cláudio Alves Pereira | Daniel Aparecido Ferreira **248**

**OS COLÉGIOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
NO SÉCULO XIX**

THE SCHOOLS IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
IN THE 19TH CENTURY

Eduardo Arriada | Chéli Nunes Meira **265**

A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) NAS DIFERENTES CONJUNTURAS POLÍTICAS ATÉ O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY IN DIFFERENT POLITICAL SITUATIONS UNTIL
THE CIVIC-MILITARY DICTATORSHIP OF 1964

*Renato da Silva Della Vechia¹
Alana Huttner Wolter²
Igor Venzke Pinheiro³*

RESUMO: O presente artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, busca traçar um panorama acerca do surgimento e do desenvolvimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O objetivo é apresentar um quadro elucidativo de alguns dos elementos que compuseram o debate e as mudanças de rumo do partido e que levaram a um processo de rompimento e fragmentação da esquerda revolucionária na década de 1960. Processo este que, a despeito das profundas diferenças estratégicas e táticas, resultou em um confronto com a violência institucional do Estado quando do golpe civil-militar de 1964, e que levou a um quase aniquilamento das organizações de esquerda da época.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro. Golpe Civil-Militar de 1964. Partidos Políticos.

ABSTRACT: The given article, based on a bibliographical review, looks for a general perspective about the origin and development of the Brazilian Communist Party. The objective is to present several elements that composed the debate and the party's change of direction that led it to a process of rupture and fragmentation of the revolutionary left in the 1960s. This process, despite their huge differences in either strategics and tactics, resulted in confrontation with the State's institutional violence during the civil-military dictatorship in 1964 and almost brought the left organizations to an end.

Keywords: Brazilian Communist Party. 1964 civil-military dictatorship. Political Parties;

Introdução

Sintetizar a atuação histórica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em um artigo é algo difícil. Afinal, a existência de um partido que possui mais de um século de intervenção política em conjunturas muito díspares, sem falar no conjunto de elementos que poderiam ser abordados (cultura política, visão estratégica, relações externas, vínculos

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), email: rdellavechia@gmail.com.

² Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), email: alana_wolter@hotmail.com.

³ Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), email: igorvenzke@outlook.com

internacionais, etc.), torna essa perspectiva muito perigosa, do ponto de vista da objetividade e fidelidade.

Qualquer análise que aborde a atuação do PCB possui a tendência de apresentar algum tipo de crítica, externa ou interna. As memórias dos militantes e dirigentes invariavelmente contrariam posições assumidas em algum momento pelo partido, fruto da não concordância com eventuais resoluções, de autocríticas ou da mudança momentânea da correlação de forças.

As eventuais objeções, no entanto, não devem resultar em uma visão limitada e sectária, que não considere a importância histórica e as contribuições do Partido Comunista Brasileiro ao longo de sua história. Da mesma forma, as críticas produzidas, especialmente aos processos de burocratização de suas direções, não podem ser consideradas como infundadas ou provenientes de setores que estariam “traindo” ideais revolucionários. Nesta perspectiva é que as concepções que norteiam este artigo procuraram abordar alguns dos momentos históricos em que o PCB e seus militantes tiveram um papel relevante.

Portanto, este artigo apresenta uma breve contextualização do surgimento e consolidação do PCB, bem como os avanços e recuos que estiveram envolvidos na sua trajetória enquanto um projeto político de transformação social. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, o artigo está dividido em duas seções e as considerações finais. A primeira apresenta uma contextualização do surgimento do partido, apontando os principais elementos conjunturais (de cunho político, social e econômico) que contribuíram para a conformação do mesmo até o momento de sua cisão, na década de 1960. A partir disso, a segunda seção dá atenção a um elemento muito importante na história do partido: trata-se do debate sobre o significado e as consequências do golpe de 1964, que deram origem a novos agrupamentos partidários de esquerda.

Parte-se do pressuposto de que os dados sobre o debate que levou ao rompimento do PCB são pouco conhecidos, ou conhecidos mais frequentemente sob a perspectiva oficial do partido. Dessa forma, pretende-se expandir o quadro elucidativo de alguns dos elementos que compuseram o debate e as mudanças de rumo do partido e que levaram a um processo de rompimento e fragmentação da esquerda revolucionária no período.

1. Contextualizando o surgimento do Partido Comunista Brasileiro⁴

O surgimento do Partido Comunista do Brasil remonta à própria conformação da sociedade industrial brasileira. O final da monarquia e o início da República coincidem com o fim da escravidão e o surgimento do trabalho assalariado, que, por sua vez, está associado às necessidades dos novos tempos⁵.

Os imigrantes, que já tinham alguma familiaridade com o trabalho na indústria, se por um lado constituíam uma mão de obra adequada às exigências do período, por outro carregavam também as experiências das lutas sindicais europeias. Também não se pode negligenciar a existência de grupos socialistas no Brasil desde o século anterior, que foram decisivos para o sucesso das grandes mobilizações de 1917.

O movimento anarco-sindicalista, importante para a criação dos primeiros sindicatos no Brasil, incentivará a luta de classes e terá um peso decisivo no início do século, promovendo grandes mobilizações sociais. Em 1917, uma greve geral que ocorreu em diversas partes do Brasil paralisou a cidade de São Paulo em um movimento que envolveu 50 mil pessoas, número expressivo na época para essa capital.

Além disso, o resultado da Revolução Russa, que exerceu uma influência muito grande no mundo inteiro, também impactará a criação e consolidação do PCB. No caso brasileiro, curiosamente o Partido Comunista foi fundado por muitos militantes oriundos do anarco-sindicalismo, os quais, por princípio, eram contrários à organização em partidos. Isso fez com que o próprio programa original do PCB inicialmente fosse uma mistura de posições comunistas e anarquistas (CHILCOTE, 1982).

⁴ Embora o estejamos designando desde o início do artigo como Partido Comunista Brasileiro, é importante fazermos uma ressalva. Em seu surgimento, o nome originário nos estatutos era Partido Comunista do Brasil, mas a sigla era PCB. Apenas no início da década de 1960 é que esta organização mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro, fato este que juntamente com outros fatores levou a uma cisão. O grupo dissidente manteve o nome original de Partido Comunista do Brasil, sigla PC do B (embora este grupo fosse minoritário no momento e não levasse consigo as estruturas partidárias). No entanto, iremos designá-lo desde o início como Partido Comunista Brasileiro, para evitar confusões que até hoje são bastante comuns.

⁵ A implantação da indústria no país exigia, por um lado, um mercado consumidor potente (o que a escravidão não ajudava a consolidar), e, por outro, uma mão-de-obra que estivesse mais adaptada a uma economia industrial que estava surgindo (o que também não era uma condição da mão de obra de origem africana e em certa medida até mesmo da portuguesa). Nesse sentido, podemos perceber que o período em que surgem as diversas leis que vão lentamente dificultando o tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, etc.) coincide com o incentivo à imigração europeia ao Brasil. Não parece uma mera simultaneidade ocasional o fato de que muitos europeus (principalmente os italianos) fossem operários contratados no início da industrialização paulista.

A ideia central era a de que, já que a questão do partido foi determinante na luta política na Rússia, o mesmo teria de acontecer em outros locais. Ou seja, a ideia da “cientificidade” da revolução.

A debilidade das organizações da sociedade civil em nosso país, a fragilidade de um partido que estava iniciando com muitas dificuldades e o surgimento do movimento tenentista⁶, que irá representar uma alternativa ao padrão político e econômico dominante, farão com que o PCB não consiga, imediatamente, consolidar-se como uma força política importante. Do seu surgimento, em 1922, até o final dessa década, o partido não teve muita expressão no país. Com o início dos reflexos da crise de superprodução de café, e em função das “sementes” plantadas pelo movimento tenentista (nessa oportunidade, seus líderes já estavam exilados na Bolívia), há uma ascensão do movimento de massas em 1928, quando o PCB passou a ter um relevante papel na organização das lutas operárias e populares. Muito contribuiu para esse crescimento a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC), estrutura política que sustentava legalmente as candidaturas dos comunistas e de democratas que não necessariamente eram ligados ao PCB (CHILCOTE, 1982).

O próprio contexto do período pré-1930 já era um momento de muita polarização política. Luís Carlos Prestes, nesta época exilado na Argentina, não concordou em apoiar Getúlio Vargas na Revolução de 1930, por entender que o que estava em jogo eram interesses oligárquicos articulados com diferentes blocos econômicos internacionais (Inglaterra e EUA). Pouco depois, Prestes entrou no PCB (via PC Argentino) e foi convidado a ir à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde fez cursos de formação sobre o pensamento marxista (CHILCOTE, 1982).

Com a entrada de Prestes, antigos tenentes que ainda seguiam sua liderança aderiram ao PCB, fato este que irá fortalecer o partido e também dará uma guinada militarista ao mesmo.

Nesta etapa estava começando o período da proletarização do partido, no qual os intelectuais eram considerados pequeno-burgueses e sofriam preconceito em função de sua origem de classe. Intelectuais como Astrojildo Pereira e Leôncio Basbaum foram

⁶ Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930.

desligados da direção do PCB, que deveria ser composta exclusivamente por operários⁷, a chamada *proletarização* do partido (PANDOLFI, 1995).

Essa onda de proletarização coincide, no plano internacional, com o período de combate ao trotskismo⁸. Como uma grande parcela dos que criticavam Stálin e seus métodos eram intelectuais alinhados ao trotskismo (mas não só), a forma de combatê-los era criar preconceito contra os mesmos, em função de sua origem de classe, rotulando-os como portadores de desvios pequeno-burgueses.

Particularmente no Brasil, a cultura de “proletarização” dos militantes e o afastamento da intelectualidade da direção contribuíram para fragilizar sua elaboração política, o que contribuiu para que alguns erros importantes de orientação fossem cometidos.

Em 1935, os comunistas criaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esta sigla servia para aumentar a representatividade dos comunistas, na medida em que buscava ampliar o leque de apoio entre os democratas em geral e que oportunizava à militância uma estrutura mais ampla que o PCB, ao mesmo tempo em que defendia ideias democráticas e nacionalistas frente ao governo Getúlio. O forte crescimento da ANL foi visto com preocupação pelo regime. Em poucos meses, o governo declarou sua ilegalidade, prendendo muitos de seus membros e fechando suas sedes. O pretexto para o fechamento da ANL foi um manifesto divulgado em julho de 1935 conclamando a militância para lutar contra o governo Getúlio. O panfleto era assinado por Luís Carlos Prestes⁹ (FREITAS, 1998).

Sem alternativas legais e sem uma direção que pudesse analisar o quadro político com maior precisão, os comunistas resolveram organizar uma revolução no país. A tentativa de levante, conhecida como “Intentona Comunista”, denominação pejorativa dada pelo Exército Brasileiro, não passou de um malsucedido golpe militar. A influência militar de ex-

⁷ Era muito comum estudantes procurarem empregos em fábricas, usarem chinelos de dedo e fumarem cigarros dos mais baratos. Afinal, ser operário era algo que dava prestígio dentro do partido.

⁸ Tanto o trotskismo como o stalinismo são correntes do pensamento de esquerda originários no contexto da Revolução Russa de 1917 e que representa os seguidores de León Trotsky (trotskismo) e Josef Stalin (stalinismo). Os dois foram dirigentes que participaram do processo originário da revolução e atuaram na consolidação do novo estado que estava sendo constituído. No entanto, a partir de divergências, Trotsky foi obrigado a fugir da União Soviética, morando em diversos países europeus até que se radicou no México onde foi morto a mando de Stálin. Antes de sua morte já estava articulando internacionalmente uma nova organização internacional (a chamada IV Internacional).

⁹ Luis Carlos Prestes, embora estivesse na União Soviética nesse período, tinha sido eleito presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora.

tenentistas, aliada à possibilidade de infiltração na direção do partido¹⁰ e a uma visão equivocada da realidade, fez com que o PCB negligenciasse o papel das massas no processo político, confiando basicamente nas bases militares.

A derrota de 1935 não só levou o partido ao isolamento e a uma forte exposição à brutal violência policial-militar, como ainda serviu de pretexto para Getúlio criar o Estado Novo, a partir do Plano Cohen (plano forjado pela polícia como se fosse uma tentativa dos comunistas de tomar o poder de Estado).

Não se pode desconsiderar, também, que o conjunto de erros que o PCB cometeu no País não foi culpa exclusiva deste, mas, em grande parte, dos equívocos cometidos pela III Internacional Comunista¹¹ (IC). O tipo de relação que se estabelecia entre a IC e os PCs no mundo inteiro pressupunha a subordinação à orientação de Moscou, inclusive na manutenção financeira das estruturas partidárias. O próprio Luís Carlos Prestes, em sua biografia, irá perceber esse equívoco. Segundo ele, analisando o Congresso de 1958:

Desde 28, nossa estratégia estava errada. Absorvemos as teses do VI Congresso da Internacional Comunista sem aplicá-las à nossa realidade. Eram teses para os países coloniais e semicoloniais, muito boas para aqueles países, mas que não podiam ser aplicadas na América Latina, onde já se tinha independência política desde o princípio do século passado. Em [19]45, há documentos meus em que me refiro à revolução burguesa no Brasil. Comparávamos a situação do Brasil naquela época ao czarismo na Rússia de 1905. Ora, isso era uma análise completamente falsa. A Rússia czarista era uma sociedade autocrática. Nós, na verdade, apenas repetíamos as palavras de Lênin nas “Duas Táticas da Social-Democracia”, que eram justas, mas lá para a Rússia de 1905. (MORAES; VIANA, 1982, p. 152)

¹⁰ Existem diferentes versões sobre a possibilidade de infiltração no partido. Leôncio Basbaum, intelectual e dirigente do PCB por muitos anos, Em seu livro “História Sincera da República”, volume 3, afirma que “A própria base do partido comunista tudo ignorava. Somente alguns dirigentes sabiam da presença de Prestes no Brasil, assim como representantes da IC e que o objetivo designado para a ANL era uma revolução. Mas o governo federal, como veremos adiante, tudo sabia. Góis Monteiro nos revela que em 1934 já se sabia da futura chegada de Prestes no Brasil, e essa ciência lhe devia ter sido dada pelo próprio Secretário Geral do PCB, Miranda” (BASBAUM, 1985, p.77).

¹¹ A Terceira Internacional Comunista (III I.C.) foi criada em 1919, logo após a Revolução Soviética, e durou até 1943. Era uma articulação internacional de partidos comunistas e tinha como objetivo lutar pela superação do capitalismo e apoio aos movimentos de revoluções socialistas no mundo inteiro. Como Josef Stálin foi o Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético desde 1922 até 1953, a Terceira Internacional, embora criada por Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin), teve Stálin como seu principal dirigente e articulador no plano internacional.

Embora Prestes tivesse reconhecido os equívocos como fruto do dogmatismo da época, a IC não poderia ficar isenta de suas responsabilidades. No mínimo, por omissão sobre essa situação. Prestes sabia que a III Internacional, através de suas direções, estabelecia as linhas políticas para os respectivos países em que atuava e exigia obediência às suas decisões por parte dos militantes dos PCs (CHILCOTE, 1982).

Durante o Estado Novo (1937 a 1945), em consequência dos limitados espaços legais existentes, o PCB, assim como o restante dos setores democráticos da sociedade brasileira, não teve condições adequadas de atuação política. Boa parte de seus dirigentes, entre eles Luís Carlos Prestes, estiveram presos durante esse período. Isso, no entanto, não impediu a atuação dos comunistas na vida social brasileira. A denúncia e a participação na luta contra o nazifascismo foi uma característica internacional dos partidos comunistas na época. No Brasil, muitos militantes do PCB alistaram-se para combater o fascismo na Europa.

O final da II Guerra Mundial também representou o declínio do Estado Novo. Afinal, se todo o esforço despendido pelo Brasil era para acabar com as ditaduras europeias, de que maneira poderíamos conviver com um regime autoritário como o de Getúlio?

No bojo da luta pela redemocratização, houve um significativo crescimento da influência dos comunistas. Na eleição Constituinte de 1945 (2 de dezembro), o PCB conseguiu eleger um senador (Luís Carlos Prestes) e 14 deputados federais à Assembleia Nacional Constituinte¹², além de 46 dos 855 deputados estaduais eleitos, 5,5% dos deputados estaduais do País¹³. Na eleição de 1947, o PCB elegeu 18 vereadores no Distrito Federal, sendo que também foi a maior bancada na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Segundo Prestes:

O PC não parava de crescer. Em fins de 46, já possuía oito jornais diários, duas editoras e mais de 180 mil militantes organizados. Só no Arsenal de Marinha, na Central do Brasil e entre o funcionalismo da Prefeitura do Rio, o partido tinha seis mil membros organizados. Sua força era tamanha que, logo após as eleições presidenciais, o Exército ocupou militarmente a cidadezinha paulista de Cosmarama, a 300 quilômetros da capital, para fazer um gigantesco IPM, envolvendo quase toda a população. Motivo: ali, Yeddo Fiúza tinha obtido

¹² São eles: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella, Claudino José da Silva, Alcides Rodrigues Sabença, Joaquim Batista Neto, João Amazonas, Maurício Grabois, José Maria Crispim, Oswaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado, Mário Scott e Abílio Fernandes.

¹³ Entre os deputados estaduais eleitos, encontramos intelectuais como Caio Prado Júnior, Otto Alcides Ohlweiler e Dyonélio Machado. Na eleição presidencial de 1946, o partido lançou Yeddo Fiúza como candidato à presidência. Yeddo tinha sido prefeito de Petrópolis e não era filiado ao PCB. Fez mais de 500 mil votos, ultrapassando 10% dos votos válidos.

votação superior aos dois candidatos militares juntos. (MORAES; VIANA, 1982, p. 113)

No entanto, a legalidade a que o PCB terá direito não irá durar mais do que oito meses. A partir da influência que a chamada Guerra Fria irá exercer sobre o governo de Eurico Gaspar Dutra, este irá endurecer o regime e limitar as liberdades democráticas, embora não se possa caracterizar o período como ditatorial.

A cassação do registro do PCB vem no bojo das medidas tomadas por Dutra e fruto da influência que o governo norte-americano terá sobre o Brasil em função da Guerra Fria. O episódio que irá resultar na cassação do partido é uma armadilha contra Prestes, quando ele é inquirido sobre qual seria a posição do PCB em caso de um possível conflito Brasil-URSS. Conforme Prestes, essa questão surgiu em um debate realizado na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro.

Um dos assistentes me perguntou qual a posição que tomaríamos no caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Eu respondi que condenaríamos o ato criminoso e o governo que levasse o nosso país a uma guerra imperialista. Aí, criou-se a confusão. E surgiu a versão de que eu respondera, categoricamente, que ficava do lado da União Soviética. (MORAES; VIANA, 1982, p. 115)

Essa declaração de Prestes foi decisiva para o desfecho da cassação do partido. A alegação oficial foi de que o Partido Comunista do Brasil era uma organização internacional. Ou seja, se era *do Brasil* teria de ser a extensão de uma estrutura política com ramificações, também, em outras nações.

A cassação do registro partidário (e dos mandatos parlamentares) ocorreu em 1947. Imediatamente, seus principais dirigentes entraram para a clandestinidade. Parte dos filiados ao PCB desligou-se do partido na época, por medo ou por falta de formação política.

Mesmo na clandestinidade, o partido participou ativamente de duas importantes campanhas. A campanha "O Petróleo é Nosso", também apoiada por conhecidos intelectuais, como Monteiro Lobato, em favor da criação do monopólio da extração do petróleo para o governo brasileiro, e a campanha pela paz e contra a invasão da Coreia pelos Estados Unidos.

A partir de 1948, o governo Dutra, já desgastado, apelou para a repressão e violência, a fim de continuar defendendo suas ideias e os interesses americanos. Mais de 50 pessoas foram mortas em manifestações e o PCB partiu para a ofensiva contra o poder público. Dentro desse quadro, começaram as articulações visando às eleições presidenciais,

momento em que o PCB fez a campanha pelo voto nulo. Mais tarde, Prestes fará uma autocrítica, defendendo a ideia de que o partido deveria ter apoiado Getúlio.

Nas eleições de 1950, Getúlio voltou ao poder. No entanto, as condições políticas e sociais eram muito diferentes das do período do Estado Novo. Getúlio teve de governar com uma imprensa livre e com um Congresso em que os partidos que lhe davam sustentação não possuíam maioria parlamentar.

O último governo de Getúlio Vargas é a fase da política nacional na qual talvez mais fortemente se tenha discutido a questão do nacionalismo e do desenvolvimento autônomo. Talvez até mesmo como reação à União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao getulismo e que propunha um processo de desenvolvimento associado ao capital externo. Esse segundo momento do governo Getúlio caracterizou-se por investimentos pesados do Estado para a constituição de uma base material para o processo de industrialização (hidrelétricas, siderúrgicas, petróleo, etc.). Também é o momento em que este assumiu com mais ênfase a defesa do nacionalismo. A posição dos comunistas era de combate à política de Getúlio. Segundo Segatto, no dia 24 de agosto, na manhã em que estava repercutindo nos órgãos de imprensa o suicídio de Vargas naquela noite, o jornal *Imprensa Popular*, vinculado ao PCB, trazia como notícia de capa “Abaixo o Governo de Traição Nacional de Vargas” (SEGATTO, 1981, p. 69).

O suicídio de Getúlio causou grande comoção no quadro político nacional. A saída encontrada por ele, embora custasse sua vida, impediu a vitória política de seus opositores. Dentro do PCB, não só o quadro político nacional “embaralhava” o cenário político, mas também, no plano internacional, surgiam modificações fundamentais para os comunistas do mundo inteiro. Em 1956, Nikita Khrushchev¹⁴ denunciou publicamente os crimes de Stálin. Nas fileiras dos PCs dos diversos países do mundo, essa denúncia caiu como uma verdadeira bomba. No Brasil, após um período de perplexidade e de busca de informações, aflorou o debate interno no PCB. Três grupos expressaram-se no debate: Agildo Barata, que assumiu uma posição mais à direita; Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho responsabilizaram-se por abrir o debate crítico interno com posições mais à esquerda, enquanto João Amazonas, Arruda e Maurício Grabois mantiveram a linha oficial, com o apoio de Prestes, que estava na clandestinidade e sem contatos com o partido, somente relacionando-se com Arruda, que era o intermediário entre a liderança e o Comitê Central. A postura deste grupo foi a de tentar impedir o debate a qualquer custo, embora,

¹⁴ Nikita Khrushchev (ou Khrushchov) foi Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética de 1953 a 1964.

mais adiante, a posição de Prestes fosse se diferenciar.

O governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), mesmo com algumas dificuldades em seu início¹⁵, irá constituir-se como um governo de busca por uma unidade nacional. Conseguiu se equilibrar no jogo de interesses e, se não agradou a todos os setores, ao menos neutralizou muitos deles. O nacional-desenvolvimentismo, base do governo de Juscelino, ao mesmo tempo em que permitiu a entrada do capital externo (tanto com empréstimos governamentais, quanto com a entrada de multinacionais na área automobilística), preservou a necessidade do controle nacional sobre a economia. Dessa forma, sua política, que agradava às elites políticas e econômicas de nosso país, também agradava ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao PCB, os dois partidos que disputavam a hegemonia sobre o movimento operário e popular. O PTB sabia que a consolidação da indústria no País faria com que houvesse uma substituição do perfil do eleitorado, em função do êxodo rural. Com isso, aumentaria a base de sustentação política do PTB. O PCB, ainda que na ilegalidade, também apoiava essa linha. Tanto em função de sua política de frente única com a burguesia nacional para combater o imperialismo, quanto como fruto de uma visão mecanicista do marxismo, acreditando que a concentração de um grande contingente de trabalhadores industriais iria apressar a constituição de uma consciência de classe por parte do proletariado industrial¹⁶.

A partir dessa análise, a orientação do PCB na área sindical era “apertar os cintos”, ou seja, aguentar a recessão econômica em função de um futuro promissor. Mesmo o PCB estando oficialmente na ilegalidade, a ordem de Juscelino era de que os comunistas não fossem importunados, tanto que atuavam publicamente, sem nenhuma forma de repressão estatal.

A eleição de 1960 foi atípica. Em função da legislação eleitoral da época, o voto para a Presidente da República estava desvinculado do voto para a vice-presidência. Em virtude de um conjunto de fatores, aconteceu o que de certa forma era inesperado. A eleição

¹⁵ Com o suicídio de Getúlio, imediatamente assumiu seu vice, Café Filho. Neste mesmo período, o nome que surgiu como a opção mais forte enquanto candidatura presidencial foi o de Juscelino Kubitschek. No entanto, sua candidatura também provocou reação por parte dos militares, da UDN e dos setores mais conservadores (os mesmos que tentaram derrubar Getúlio em função de sua política nacionalista). Quando a crise começou a assumir contornos mais fortes, Café Filho entrou com licença médica e assumiu Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, o qual estava participando de articulações para impedir a posse de Juscelino, que tinha vencido as eleições. O Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, assumiu uma posição firme de defesa da legalidade, posição essa que foi determinante para impedir um golpe de estado naquele contexto.

¹⁶ Para um estudo mais sistemático da política econômica do governo de Juscelino Kubitschek, ver BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

de um político conservador apoiado pela UDN (Jânio Quadros) para a presidência e do principal dirigente do PTB (João Goulart) para a vice-presidência da República. O resultado político dessa combinação, acrescido das características pessoais de Jânio e dos interesses norte-americanos em jogo, além da renúncia do presidente, sete meses após ter assumido a Presidência da República, e a posse tumultuada de Jango, após a Campanha da Legalidade, criou uma instabilidade política muito grande. A direção do PCB, dentro de uma política de apoio à burguesia nacional, não apenas deu sustentação a Jango¹⁷, mas também se sentiu integrante do grupo que controlava o governo.

Nesse contexto, eclodiu mais uma crise dentro do PCB. Fruto do afastamento de algumas lideranças do Comitê Central em 1956, e da discussão inconclusa sobre as críticas a Stalin, o V Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1960, modificou o nome do partido em seus estatutos, alterando-o de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Embora a sigla nos estatutos fosse PCB, a denominação até então era Partido Comunista do Brasil. A mudança de nome estava dentro de um contexto de busca da legalização do partido.

Esta posição foi duramente atacada por João Amazonas, Arruda e Grabois, que criaram uma cisão no partido. Posteriormente, fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e reivindicaram a representação histórica do partido, ficando com aproximadamente 1/3 dos militantes comunistas. Essa cisão, no entanto, não estava restrita ao plano nacional. Diversos partidos comunistas no mundo inteiro se dividiram. A crise entre a URSS e a China também se tornou um fator decisivo nessa divisão, quando o PC do B¹⁸ alinhou-se à China e definiu Mao Tsé-Tung como “o grande timoneiro do socialismo” e a China como “o grande farol do socialismo”.

No entanto, o processo de luta interna mais intensa ainda estava por vir: trata-se do debate sobre o significado e as consequências do golpe de 1964.

¹⁷ Uma das características do PCB foi o taticismo, ou seja, a utilização de diversas táticas, muitas vezes saindo de uma linha e assumindo outra bastante distinta sem nenhuma avaliação sobre as posições anteriores. Essas guinadas foram frutos de diversos fatores, além, é claro, das mudanças conjunturais. Mas também dependiam de fatores internos (correlação de forças dentro do partido e substituição de lideranças) e fatores externos (Guerra Fria, pressão soviética, crescimento do fascismo, etc.). Em alguns momentos o partido assumia posições dúbias, como o apoio a um determinado governo e ao mesmo tempo a pressão política sobre o mesmo. Um desses casos foi a posição em relação ao governo Jango.

¹⁸ Nesse caso, referimo-nos ao grupo dissidente liderado por João Amazonas que resgatou o nome PC do B e criou uma cisão em relação ao PCB.

2. A cisão do Partido Comunista Brasileiro o surgimento de novos agrupamentos da esquerda revolucionária

O período pós-64 iniciou um grande debate dentro das fileiras do PCB. Alguns dirigentes destacados, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Jacob Gorender defendiam posições contrárias à de Prestes dentro da direção do partido. O centro do debate era a crítica que esses dirigentes faziam à direção do PCB por não ter organizado seus militantes para resistir ao golpe militar. Além disso, era forte a crítica à política pacifista do partido, que desde o final dos anos 1950 seguia a orientação soviética.

Com a retomada do movimento de massas, começou a se articular no País a preparação para a luta armada. O Ato Institucional n. 5 (AI-5)¹⁹ reforçou essa posição, na medida em que foi entendido como manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, sem capacidade de controlar a situação através da hegemonia, o regime instaurava-se à força, enquanto espaço de dominação.

No entanto, na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no País, opunha-se à ideia de luta armada, sustentando a posição de transição pacífica ao socialismo e de busca de alianças políticas para combater o regime a partir de pequenos acúmulos, o rompimento dentro da organização se tornou inevitável.

Em maio de 1964, a Comissão Executiva do PCB lançou um documento intitulado “Esquema para a Discussão”. Nele, realizou-se uma autocrítica dos erros cometidos com relação ao imobilismo durante o golpe. Este documento afirmava que “absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação”. Essa crítica não significava necessariamente uma mudança de linha partidária definitiva, pois foi fruto de uma maioria ocasional dentro do Comitê Central (CC). Nesse momento, alguns dirigentes estavam ilhados no Rio, em função da intensa repressão. Participaram apenas Mário Alves, Carlos Marighela, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bomfim Jr., sendo que, no mínimo, os três primeiros já vinham demonstrando no debate interno uma posição crítica à linha oficial do partido. Com a prisão de Marighela e de Mário Alves (em maio e junho de 1964, respectivamente), e com a possibilidade de deslocamentos dos outros membros do CC, a correlação de forças inverteu-

¹⁹ O Ato Institucional n. 5, também conhecido como AI-5, foi baixado e assinado em 13 de dezembro de 1968, durante a vigência do governo militar de Artur da Costa e Silva, e que previa em seu texto uma série de medidas que denotavam a era mais sombria da ditadura, entre as quais: o fechamento do Congresso Nacional, a censura prévia, a suspensão do *habeas corpus*, a perda de direitos políticos de cidadãos, entre outras medidas.

se novamente (o setor ligado a Prestes sempre foi majoritário) e o documento anterior foi revogado. Textos que avançassem em formulações pela esquerda, em alguns casos, foram até proibidos de circular, de acordo com a versão que Gorender apresenta em seu livro *Combate nas Trevas*.

Em maio de 1965 ocorreu outra reunião do Comitê Central, que voltaria ao tema da análise das razões do golpe. O setor majoritário (articulado em torno de Prestes e Giocondo Dias) responsabilizou o esquerdismo do partido. Segundo eles, fruto de um desvio pequeno-burguês, houve uma tentativa de golpe pela esquerda. Assim, o Comitê Central irá responsabilizar a Comissão de Educação do partido (Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender) e a Comissão Sindical (Jover Telles). Com isso, buscavam salvar as teses do V Congresso. Em sua essência, as mesmas se referiam à necessidade de uma aliança com a burguesia nacional para impedir o fortalecimento do imperialismo. Eram teses anti-imperialistas, antifeudais, nacionais e democráticas e avaliavam que, “nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico” (NOGUEIRA, 1980, p. 62). No entendimento da maioria da direção, o problema não foi a linha política, mas a “aplicação” da mesma. Essa tensão interna será a responsável, no futuro, pelo rompimento interno no partido.

Marighella participou dessa reunião, na qual Mário Alves não estava presente, por ainda estar preso. Nesse momento, foi bastante elogiado internamente, por sua reação durante sua prisão (Marighella, que estava sozinho, reagiu a tiros ao cerco policial dentro de um cinema e só foi preso depois de ser baleado). Na análise de Gorender, Marighella, nessa ocasião, não se posicionou no debate, porque estava buscando ampliar seus espaços na direção (GORENDER, 1987).

De 1965 a 1967 os conflitos agravam-se constantemente. Mário Alves, ao sair da prisão, foi afastado da executiva e deslocado para Minas Gerais. Em 1966, Marighella demitiu-se da Comissão Executiva e foi eleito primeiro secretário do partido em São Paulo. A oposição à direção fortaleceu-se, principalmente na Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e nos estados do Nordeste.

Na Conferência Estadual de São Paulo, em abril de 1966, a oposição fez 33 votos em suas teses, em um total de 37 participantes. Mesmo com a presença de Prestes na conferência, o CC sofreu uma violenta derrota política por parte do grupo vinculado a Marighella.

A Comissão Executiva, como muitos outros exemplos históricos de burocratização partidária, buscava manter o controle através de intervenções nos estados, dissolvendo organismos e criando artificialmente novas direções alinhadas ao CC.

A Conferência Estadual da Guanabara, realizada em junho de 1967, no processo preparatório ao VI Congresso do PCB, já denunciava as manobras do até então Comitê Estadual para manter artificialmente o controle sobre o partido, possivelmente tentando evitar uma nova derrota das teses da direção do partido. Esse processo já era o aprofundamento dos conflitos existentes no Comitê Central.

No final de julho de 1967, Marighella foi a Cuba participar da Assembleia da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), sem autorização da direção do PCB. Marighella não apenas participou, como também teceu duras críticas à direção do PCB pela imprensa cubana. Os dirigentes do partido, ouvindo seus pronunciamentos pela rádio de Havana, resolveram puni-lo, expulsando-o no final de 1967. Esta, porém, foi apenas a formalização de um processo de rompimento em andamento, sendo que posteriormente os demais membros do CC que estavam dissidentes também foram expulsos²⁰.

Já há algum tempo Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos tinham definido levar o combate dentro do Comitê Central até as últimas consequências, o que teve como consequência a criação da Corrente Revolucionária no interior do partido.

Em setembro de 1967, dentro dos encontros estaduais preparatórios para o Congresso do partido previsto para o final do ano, a Conferência Regional do PCB do Rio de Janeiro (a exemplo da Guanabara) aprovou uma resolução que criticava a direção do PCB, chamando-a de oportunista, tendo o cuidado de separar as posições do Comitê Central das do restante dos militantes partidários. A resolução também reconhecia o Congresso que estava sendo chamado (denominado de fraude, em função da mudança de regras)²¹, mas também atacava os grupos que não quiseram participar da disputa interna (Marighella e outros), bem como grupos externos ao partido, a exemplo da Política Operária (POLOP) e

²⁰ A formalização da expulsão dos dissidentes aconteceu durante o VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967. No entanto, foi apenas uma formalidade, já que nem o grupo de Marighella, nem os demais membros que formalizaram a proposta de criar um novo partido, durante a conferência preparatória da Guanabara (Apolônio, Miguel Batista e outros que vieram a acompanhar essa posição), participaram do Congresso que definiu por sua expulsão.

²¹ Definia que todo Comitê Estadual, independentemente de seu tamanho, poderia ter dois delegados e mais um delegado a cada 500 militantes. Isso irá deformar enormemente a representação, porque os pequenos estados terão, praticamente, o mesmo número de delegados que os grandes estados.

outros que criticavam o partido como reformista e oportunista. Ainda tinham a perspectiva de mudar os rumos do partido. Por isso, propuseram o adiamento do Congresso e a criação de uma Comissão Nacional de Reorganização do partido. Este documento era assinado pelo Comitê Estadual do PCB do Estado do Rio, Comitê Estadual da Maioria Revolucionária do PCB da Guanabara, Comitê Metropolitano do PCB Brasília, Comitê Municipal de Belo Horizonte, Comissões Estaduais de Reconstrução do PCB (dos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio grande do Norte), Sabino Gonçalves (codinome do Gorender), Martin Silva (Silveira) (nome “frio” e codinome de Mário Alves), Alceu Lima (Apolônio de Carvalho), T. J. Paulo (provavelmente Manoel Jover Teles) e J. Rodrigo (Miguel Batista dos Santos) (JORNAL ISQUEIRO)²².

Dia 1º de outubro de 1967, em Niterói, reuniu-se a Coordenação Nacional da Corrente Revolucionária do PCB (sem a presença de Marighella e sua base de apoiadores) e definiram pela criação de um novo partido, avaliando a impossibilidade de reverter os rumos do PCB. No entanto, ao contrário do que se buscava, essa reunião aprofundou divergências dentro da própria Corrente Revolucionária. Como fruto desse encontro, houve uma pulverização de caminhos a serem trilhados. Alguns criaram a Comissão Organizadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)²³. Mais adiante, outros irão para o PC do B. Outros, ainda, criarão a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Dissidência da Guanabara (DI-GB), Partido Operário Comunista (POC) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em São Paulo, a maioria foi para a ALN, em função da liderança de Marighella. No Rio, os militantes se dividiram entre a Dissidência da Guanabara, MR-8 e PCBR. No Nordeste, a grande maioria dos dissidentes foi para o PCBR. No Rio Grande do Sul, onde os representantes da dissidência na reunião eram Flávio Koutzii e Luiz Pilla Vares, foi criada inicialmente a Dissidência Leninista que, em abril de 1968, irá formar o POC, juntamente com uma dissidência da Política Operária (POLOP).

Como não houve recuo por parte da direção do PCB, os dissidentes optaram por não participar do VI Congresso do partido, marcado para dezembro de 1967. Gorender,

²² Estas assinaturas constam em um documento intitulado *Proclamação*, produzido no Rio de Janeiro em 1967 e publicado em um jornal mimeografado denominado *Isqueiro*, órgão do Comitê Estadual da Guanabara – PCB (de posse do autor). Não consta data de publicação.

²³ A reunião de setembro que criou a Corrente Revolucionária foi a conferência regional do Rio de Janeiro preparatória ao VI Congresso do PCB. A definição pela criação de uma comissão para organizar o PCBR aconteceu em outubro do mesmo ano, em uma reunião da coordenação da Corrente Revolucionária. Nesse momento, sem a presença de Marighella, que já tinha construído outras articulações políticas que irão criar a ALN.

em seu livro *Combate nas Trevas*, irá retratar essa última reunião antes do racha.

Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário geral, cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes, (...), mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjaría, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família. (...) Na minha intervenção, desmascarei a chantagem [...] e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do CC. (GORENDER, 1998, p. 100)

Gorender tem esse momento muito marcado, na medida em que o final da reunião foi a despedida de companheiros que tinham lutado muitos anos juntos. As disputas políticas, em alguns casos, se chocavam com amizades pessoais. Ainda, segundo Gorender: “De um lado e do outro, alguns dos velhos companheiros que se davam o último abraço entraram na lista dos assassinados e desaparecidos” (GORENDER, 1998, p. 100-101).

A principal divergência que impediu a unificação de todas as forças dissidentes do PCB eram as definições sobre estratégia. Enquanto o PCBR insistia na necessidade da manutenção de uma estrutura leninista de partido e criticava o foquismo, a ALN negava o partido, considerando que este inevitavelmente levaria à burocratização. Defendia a ação autônoma das massas, no plano militar, como única saída contra a ditadura.

Se as divergências de Marighella se resumiam quase que exclusivamente às questões de método – o que aparece nas suas críticas ao “pacifismo” e à “inércia” do PC –, a “Corrente” buscava articular uma linha política alternativa mais global. Não só criticava a priorização da luta legal, à qual a “Corrente” opunha a necessidade da “guerra popular”, mas, igualmente, o próprio “caráter da revolução”, para o PCB antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrático, era criticado pelos que dariam origem ao PCBR. (GARCIA, 1979, p. 12).

Logo após essa Conferência, o debate sobre os rumos a seguir começou a ganhar corpo. O setor que buscava constituir o PCBR fez um forte combate aos paulistas, que se aglutinaram ao redor de Marighella e iriam se organizar em torno da ALN. Esta propunha a preparação imediata da luta armada e baseava sua estratégia no foquismo²⁴ (estratégia militar adotada na Revolução Cubana). Negava o partido como instrumento de organização, na

²⁴ O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos (daí o nome) de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo (SALES, 2018).

medida em que avaliava que todos os partidos se burocratizariam no futuro. A ALN defendia a organização dos revolucionários a partir da criação das chamadas “vanguardas armadas”, grupos compostos por um pequeno número de militantes com treinamento militar para fazer ações armadas com autonomia de ação.

Em um documento da Comissão Provisória de organização do PCBR de São Paulo fica explícita essa divergência de concepções. É interessante observar que é exatamente em São Paulo que Marighella dará origem à organização da ALN. Como era o principal dirigente do PCB em São Paulo, mais de setenta por cento dos dissidentes do PCB vão aderir às teses da ALN.

A pulverização de concepções relacionadas a diferentes questões (caráter da revolução; papel do partido; alianças de classes; concepção militar, etc.) irá fazer com que o conjunto de militantes que rompeu com o PCB se dispersasse em diversas organizações com estruturas, programas e direções próprias. Mais adiante, em função da necessidade de sobrevivência política, algumas dessas organizações começarão a buscar articular ações conjuntas, a fim de combater as forças da repressão política.

Conforme citado no início deste artigo, seu principal objetivo era focar a história do PCB no momento do “racha” de 1967/68 e suas consequências. No entanto, é importante registrar que, mesmo com as inúmeras dissidências, o PCB continuou tendo uma influência dentro do campo das esquerdas, e o fato de não ter participado do processo de luta armada não o imunizou da violenta repressão, principalmente na metade da década de 1970, com inúmeros militantes mortos e torturados. Também teve uma atuação importante no processo de redemocratização, atuando por dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) até 1985, quando foi legalizado e pode reiniciar sua atuação política pública, tendo inclusive lançado uma candidatura à Presidência da República em 1989 (Roberto Freire). Posteriormente, em janeiro de 1992, no seu X Congresso, houve uma deliberação que “extinguiu” o partido e criou o Partido Popular e Socialista (PPS), proibindo inclusive que sua sigla pudesse ser utilizada por aqueles que não eram favoráveis à extinção. O que ocasionou uma longa disputa judicial, até o momento em que o setor minoritário, que defendia a manutenção da sigla, ganhou legalmente o direito de se organizar em torno da legenda PCB.

Considerações finais

No ano passado, 2022, o PCB completou 100 anos de existência, sendo o partido mais antigo de nossa história. No entanto, o fato de manter inalterada a sigla não autoriza a pensarmos uma estrutura partidária com a mesma linha política durante esse período. O que, diga-se de passagem, seria uma missão praticamente impossível, se levarmos em consideração as diferentes conjunturas e as inúmeras gerações que militaram no PCB ao longo das décadas. Ao longo de sua história, o partido se deparou com diversas circunstâncias difíceis, sendo que, na maior parte de sua existência, atuou sob a necessidade de interferir clandestinamente na conjuntura, em função do caráter de classe que domina as nossas instituições políticas.

Apontar os equívocos e acertos é uma tarefa difícil, na medida em que sempre é o julgamento a partir de uma determinada concepção de mundo. No entanto, mesmo partindo do reconhecimento desse limite, há algumas lições que podemos extrair dessa trajetória que se confunde com a própria história da esquerda brasileira.

Entende-se que a história do PCB reproduz alguns dilemas clássicos da história dos partidos operários no mundo.

Em primeiro lugar, o debate sobre a necessidade ou não de intervir nos processos eleitorais e de que forma. Mais do que a intervenção em si mesma, mas o grau de confiança que pode ser depositado às instituições políticas, já que, historicamente, sempre que os interesses econômicos dominantes se sentiram ameaçados, não titubearam em golpear as instituições para preservar os interesses do capital.

Uma segunda questão (e nesse caso o PCB possui uma experiência muito rica, como resultado de sua longa clandestinidade), é a capacidade que as organizações possuem (ou não), em se adaptarem à luta política em condições adversas, notadamente quando a violência do Estado e paramilitar se tornam corriqueiras na vida política, situações frequentes não só no Brasil como na América Latina em geral.

Por fim, a necessidade de mais estudos sobre os fenômenos das burocratizações partidárias e o culto à personalidade, dois problemas correlatos e que precisam ser enfrentados por análises sociológicas que deem suporte a novas práticas partidárias, e que essas questões não sejam apenas colocadas na conta de “desvios” ou de responsabilizações individuais.

Referências

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**: Conflito e Integração. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FREITAS, Valter de Almeida. **ANL e PCB**: Mitos e Realidades. Santa Cruz do Sul/RS. EDUNISC, 1998.

GARCIA, Marco Aurélio. PC não contava com o golpe de 64. In: **Jornal Em Tempo**, n. 80. 6 a 12 de setembro de 1979. p. 12.

_____. PCBR: da formação à tentativa militarista (a trajetória do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). In: **Jornal Em Tempo**, n. 93, 5 a 12 de dezembro de 1979. p. 10.

_____. O PCBR na agonia do militarismo. In: **Jornal Em Tempo**, n. 94. 13 a 19 de dezembro de 1979. p. 14.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

JORNAL ISQUEIRO. Órgão do Comitê Estadual da Guanabara - PCB. [S.l.], s.d., mimeog. 10 p.

MORAES, Denis de; VIANA, Francisco Prestes. **Lutas e Autocríticas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.) PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958 -1979). **A Questão Social no Brasil**, n. 7. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas (LECH), 1980.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: História e Memória do PCB. Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas (LECH), 1981.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982.